

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS COM A CRIAÇÃO DE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM FUNÇÃO DO PROGRAMA REUNI**

CAMILA HENRIQUES DE PAULA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

DÉBORA GONZAGA MARTIN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

LUIZ ANTÔNIO ABRANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS COM A CRIAÇÃO DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM FUNÇÃO DO PROGRAMA REUNI

1. INTRODUÇÃO

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, por parâmetro constitucional, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Deste modo, a União é responsável pela organização do sistema federal de ensino e dos Territórios, cabendo, respectivamente, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios a atuação prioritária no ensino fundamental e médio e na educação infantil (BRASIL, 1988).

Após 1990, as universidades sofreram contingenciamentos financeiros, que reduziram o corpo docente e técnico devido à ausência de reposição de vagas de aposentadorias ou de exoneração de servidores. Tais fatos culminaram em infra-estruturas precárias, reduzido quadro de pessoal e de jovens entre 18 e 24 anos matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ademais, os seus espaços físicos eram ociosos no período noturno, concentrados em grandes centros urbanos e com altos índices de evasão na graduação.

O acesso à educação superior tornou-se um processo de exclusão social, que dependia da ampliação das oportunidades por meio da expansão de vagas. Nesse contexto, surgiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, para expandir as vagas no ensino superior, reduzir a evasão de alunos na graduação, otimizar a estrutura física e os recursos humanos existentes nas IFES, de 2007 a 2012 (BRASIL, 2007).

Entretanto, a ampliação de vagas e matrículas nos cursos não acompanhou a disponibilidade de recursos materiais, operacionais e humanos. Com isso, algumas IFES improvisaram e transformaram suas instalações em salas de aula para receber os novos alunos a partir de 2007, uma vez que a liberação dos recursos financeiros do Reuni iniciou em 2008. Dessa forma, os novos alunos conviveram com laboratórios de pesquisa, bibliotecas e outros setores defasados em razão da ausência de investimentos para se equiparem nesse primeiro momento (LUGÃO *et al.*, 2015).

Schwartzman (2006) corrobora que a política de expansão do Reuni foi acelerada e sem um plano ou avaliação de prioridades. Aliás, o governo previu a criação de instituições em locais de baixa demanda e os alunos ingressaram antes da construção dos edifícios e adequação das instalações. Mas a interiorização da oferta da educação superior buscou reduzir as disparidades no “desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões” (BRASIL, 2015, p. 20).

Dada a importância e dimensão do Reuni nas universidades, o programa tem sido objeto de estudo sob diversos aspectos. Além disso, a instalação de um campus universitário denota na alteração da dinâmica municipal.

Araújo e Santos (2014) investigaram a opinião de gestores da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) sobre os impactos do Reuni na cidade. A UFSJ modificou a estrutura física para abrir cursos (de 41 passou para 61) e receber os novos alunos (de 3,2 mil alcançou 12 mil), em 2012. A instituição participou do Programa Expandir e criou os *campi* em Alto Paraopeba (Ouro Branco), Centro-oeste Dona Lindu (Divinópolis) e Sete Lagoas. As ações do Reuni focaram na sede em São João del-Rei.

Andriola e Suliano (2015) avaliaram os impactos da presença da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos municípios do interior do estado após o Reuni. Para isso, realizaram a avaliação *ex-post facto* com 129 docentes, 503 discentes dos três *campi* avançados da UFC em Sobral, de Quixadá e da Região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha) e com 191

moradores locais. Os resultados mostraram o maior dinamismo econômico com o crescimento municipal, oportunidade de qualificação profissional e geração de empregos locais.

Niquito *et al.* (2018) verificaram o efeito da criação de novas universidades federais no desenvolvimento das economias locais. Para tal, estimaram um modelo de diferenças em diferenças com uma variável de tratamento, que capturou os efeitos de transbordamento da criação de novos *campi* em um município sobre os adjacentes. Com isso, constataram a melhoria na renda domiciliar *per capita* das famílias e no nível de escolaridade dos adultos, redução da taxa de fecundidade e da desigualdade de renda.

Ferreira e Santos (2018) analisaram os impactos econômicos da ampliação/criação de dois *campi* da Universidade Federal Fluminense na cidade de Volta Redonda (UFF-VR) relacionados aos impactos dos alunos sobre a economia local, a massa salarial recebida pelos docentes e técnicos, os gastos e investimentos da UFF-VR. Nas regiões contempladas com os *campi* universitários, o conhecimento, a transferência de tecnologia e inovação com a possibilidade de estudar perto da família aumentaram.

O mapeamento bibliográfico dos artigos científicos publicados nas bases eletrônicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* sobre o Reuni, permitiu observar a incipiência de análises das externalidades causadas pela expansão das IFES nos municípios. A discussão sobre tal foi abarcada por Araújo e Santos (2014), Andriola e Suliano (2015), Ferreira e Santos (2018) e Niquito *et al.* (2018). Portanto, é um assunto pouco explorado na literatura.

Os trabalhos publicados no início do Reuni apresentaram uma abordagem teórica e conceitual, cujo destaque da vertente empírica consolidou-se após a sua finalização, em 2012. Sales *et al.* (2017, p. 12) defendem que a estabilidade na publicação de artigos sobre o Reuni nos periódicos das bases Capes, *Spell* e Anpad, entre 2011 e 2015, e o declínio em 2016, pode resultar de “um menor interesse pela análise dessa política pública educacional, em virtude da finalização do processo de implementação da política em 2012”. Mas acredita-se que o fim do programa despertou o interesse da comunidade científica nas pesquisas para sua avaliação.

Nesse contexto, este estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: **Quais as implicações socioeconômicas para os municípios mineiros com a implantação de um campus universitário?**

O objetivo geral consiste em avaliar a situação operacional, financeira e econômica dos municípios mineiros e as implicações da implantação de um campus universitário sobre os indicadores socioeconômicos. Especificamente, pretende-se:

- a) Avaliar a situação operacional dos municípios contemplados com a implantação do campus.
- b) Identificar os indicadores socioeconômicos dos municípios antes e após a implantação do campus.
- c) Avaliar as implicações ocorridas com a implementação do campus.

Assim, o presente trabalho visa contribuir com as discussões e avaliações sobre os efeitos do Reuni e da expansão das universidades no âmbito municipal. A análise é importante e oportuna por tratar-se de uma política pública findada em 2012, cujos problemas e consequências permanecem nas IFES e municípios, bem como subsidiar a tomada de decisão para futuras ações do poder público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. As funções de governo

O Estado intervém na economia para garantir o crescimento, a estabilidade, melhorar a distribuição de renda e o nível de emprego. Além de corrigir as falhas de mercado e distorções por meio de política fiscal, monetária, cambial e regulatória (PALUDO, 2013). A teoria de

finanças públicas busca explicar a intervenção na economia, os fundamentos do Estado e as funções de governo.

Para Rezende (2001), os mercados perfeitamente competitivos são raros devido às falhas de mercado, que dependem da intervenção do governo. Segundo Dye (2010, p. 121), “a teoria de opção pública reconhece que o governo deve exercer certas funções que o mercado não consegue desempenhar, isto é, ele deve remediar certas falhas de mercado”.

As falhas de mercado incluem a oferta de bens públicos a todos, cujo custo é superior ao valor de modo que o mercado e o comprador individual não conseguem prover ou impedir o usufruto de outros, respectivamente. Além das externalidades; falha de competição, quando há monopólios naturais advindos do ganho de escala no setor, que exige do governo assumir a produção ou criar agências de controle; desenvolvimento, emprego e estabilidade, dependentes da atuação estatal para promover o crescimento, estabilidade econômica e criação de postos de trabalho (PALUDO, 2013).

Giambiagi e Além (2000) ainda acrescentam a existência de mercados incompletos, falhas de informação e inflação. A intervenção do Estado na economia materializa-se no orçamento público e funções orçamentárias para garantir a estabilidade, crescimento e correção das falhas de mercado (PALUDO, 2013). A presença do setor público na economia resulta do “sistema de mercado não desempenhar sozinho todas as funções econômicas” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 5). Destarte, a correção e complementação envolvem três funções clássicas assumidas pelo Estado:

1) Alocativa: provisão de bens públicos, que o mercado não ofereceria ou seria em condições ineficientes. Os benefícios destes bens são disponibilizados a todos, mas a ausência de pagamento voluntário aos fornecedores obriga o governo a determinar o tipo e a quantidade ofertada calculando o nível de contribuição individual (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000). Além disso, oferece condições para prover os bens privados “no mercado pelos produtores, corrigir as imperfeições no sistema de mercado (oligopólios) e os efeitos negativos de externalidades” (PALUDO, 2013, p. 1).

2) Redistributiva: refere-se à organização da distribuição da renda resultante dos fatores de produção (capital, trabalho e terra) e venda dos serviços no mercado. Assim, assegura “uma adequação àquilo que a sociedade considera como um estado justo ou adequado de distribuição” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 6). Com isso, “tributa e arrecada de quem pode pagar e os distribui/redistribui a quem tem pouco ou nada tem por meio de programas sociais” (PALUDO, 2013, p. 1). Portanto, pretende-se reduzir as desigualdades sociais de renda e riqueza mediante a tributação, transferências financeiras, subsídios e incentivos fiscais.

3) Estabilizadora: busca manter “um elevado nível de emprego, razoável grau de estabilidade do nível de preços, taxa apropriada de crescimento econômico e o alcance de estabilidade na balança de pagamentos” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 6). Esta função se manifesta nos gastos públicos pelo consumo, investimento ou redução das alíquotas de impostos para elevar a renda do setor privado. Inclusive, adotam-se instrumentos de política monetária, cambial e fiscal para intervir na economia, ajustar preços, melhorar o nível de emprego, estabilizar a moeda e propiciar o crescimento econômico (PALUDO, 2013).

O Estado exerce as três funções clássicas e atua no sistema econômico como regulador, financiador e produtor. O Estado como regulador cumpre suas funções clássicas e executa as políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial para o controle dos preços (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000). O processo de crescimento financiado pelas instituições financeiras estatais demarca o papel de financiador do Estado, que ao ofertar os bens e serviços por meio das empresas estatais atua como produtor.

Nesse contexto, o governo federal é o principal financiador do ensino público gratuito

oferecido nas IFES, pois a sua arrecadação própria de recursos é insuficiente para manter o funcionamento. Vale destacar a importância das políticas de expansão do ensino superior financiadas pela União, no exercício da função redistributiva, em termos orçamentários e financeiros, para o avanço das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.2. Políticas públicas para a expansão do ensino superior

As políticas públicas correspondem ao “Estado em ação [...] implantando um projeto de governo por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p. 31). A política é a arte de governar e realizar o bem público com ações ou diretrizes políticas baseadas em leis e empreendidas pelo governo para solucionar os problemas sociais (HEIDEMANN, 2009). Dye (2010) resume a política pública como tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer.

Os critérios de determinação das políticas públicas envolvem a natureza ou grau de intervenção (estruturais, conjunturais ou emergenciais), abrangência de benefícios (universais, segmentais ou fragmentadas) e os efeitos sobre os beneficiários (distributivas, redistributivas ou regulatórias), conforme Teixeira (2002).

As políticas públicas são formas de respostas dados pelos governantes às demandas da sociedade. A educação, por exemplo, é constitucionalmente reconhecida como um direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Destarte, cabe ao Estado garantir a qualidade, acesso e permanência com a implementação de políticas públicas educacionais.

Os três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) possuem autonomia na jurisdição da educação, que é regulamentada por normas de caráter nacional incidentes sobre todo o sistema de ensino. Com isso, a descentralização, decorrente do federalismo, transferiu parte da responsabilidade da oferta da educação para os municípios.

A expansão da educação superior brasileira se resume em três etapas: entre 1998 e 2002, com a ampliação de vagas e cursos oferecidos nas universidades federais; de 2003 a 2006, o Programa Expansão Fase I criou novas universidades federais em regiões de fronteira e no interior do país; e em 2007, o Reuni surgiu para ampliar o acesso com a otimização e o aproveitamento das estruturas físicas e recursos humanos existentes nas IFES.

Já a expansão das universidades federais contemplou vários municípios com a instalação de novos *campi* e sedes. Com isso, o Reuni influenciou os municípios contemplados e os adjacentes devido ao efeito de transbordamento (*spillover*), cujo impacto depende da distância (NIQUITO *et al.*, 2018). A expansão visou atender os Territórios da Cidadania, municípios populosos de baixa renda *per capita* e priorizar os localizados no interior com mais de 50 mil habitantes ou em microrregiões não atendidas por escolas federais, com Arranjos Produtivos Locais e investimentos estruturantes (MEC, 2011).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As unidades de análise desta pesquisa abrangem 15 municípios localizados em Minas Gerais contemplados com a instalação de *campi* universitários, entre 2006 e 2014, detalhados no Quadro 1.

Quadro 1. Unidades de análise

Ano	IFES	Campus	Municípios	Código
2003 a 2007	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Campus Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	M1
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Campus Mucuri	Teófilo Otoni	M2
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Campus do Pontal	Ituiutaba	M3
2008 a 2012	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Unidade II de Mariana – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Mariana	M4

	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Campus Alto Paraopeba	Ouro Branco	M5
		Campus Centro-Oeste Dona Lindu	Divinópolis	M6
	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Campus de Itabira	Itabira	M7
	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Campus de Sete Lagoas	Sete Lagoas	M8
	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Campus Poços de Caldas	Poços de Caldas	M9
		Campus Varginha	Varginha	M10
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Campus Governador Valadares	Governador Valadares	M11	
2013 a 2014	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Campus Monte Carmelo	Monte Carmelo	M12
		Campus Patos de Minas	Patos de Minas	M13
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Campus Janaúba	Janaúba	M14
		Campus Unaí	Unaí	M15

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para atender aos objetivos específicos realizaram-se pesquisas bibliográficas e documentais a fim de verificar a estrutura operacional dos municípios. Em seguida, coletaram-se os dados secundários referentes ao: número de habitantes; população economicamente ativa ocupada, desocupada e inativa; rural e urbana; expectativa de vida; taxa de fecundidade; Índice de Gini; ocupação por setor; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas três dimensões; densidade demográfica; distância do campus sede; renda *per capita*; domicílios com acesso à água encanada, energia elétrica, banheiro e coleta de lixo; Produto Interno Bruto (PIB); Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria, Serviços, Administração e Impostos líquidos; frota de veículos; esforço fiscal de arrecadação dos tributos municipais; receitas e despesas.

Com estes dados, diagnosticou-se o contexto municipal no período de 2000 a 2018 por meio da análise descritiva e comparativa da variação e testes de diferenças entre médias para verificar se, estatisticamente, houve diferenças significativas nas médias de cada indicador antes (2003 a 2007) e após o Reuni ou instalação do campus (após 2008). Assim, identificou-se para quais indicadores a presença do programa contribuiu positiva ou negativamente.

Neste estudo, as hipóteses testadas foram as seguintes:

H₀: Média do Indicador X antes do Reuni é estatisticamente igual à média do Indicador X pós Reuni

H_a: Média do Indicador X antes do Reuni é estatisticamente diferente (maior ou menor) à média do Indicador X pós Reuni.

Para testar as hipóteses, considerando nível de significância de 5%, adotou-se o Teste t para amostras dependentes, cuja estatística de teste, conforme Bruni (2010) é dada por:

$$t_c = \frac{\bar{X}_{antes} - \bar{X}_{pós}}{\overline{SD}}$$

$$\overline{SD} = \frac{SD}{\sqrt{n-1}}$$

$$SD = \sqrt{\frac{\sum D^2}{n} - \frac{(\sum D)^2}{n^2}}$$

$$D = X_{antes} - X_{pós}$$
(1)

Em que t_c é o valor da estatística t calculada; \overline{SD} é o erro padrão da diferença entre as médias; n é o tamanho da amostra (15 municípios); SD é o desvio padrão da distância dos escores das diferenças entre médias (D).

Os softwares *MS Excel* e *Statistical Software for Professionals* (STATA) na versão

14.0 foram utilizados para o processamento e análise estatística dos dados. Ademais, estimaram-se as taxas de crescimento anuais conforme a taxa exponencial de crescimento, estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, dada por:

$$I_t^z = \alpha + \beta e^{\gamma t} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Em que I_t^z corresponde ao valor do Indicador z no ano t ; α é o termo constante; Tempo uma variável que corresponde a cada um dos anos da análise, $(\beta \times 100)$ é a taxa de crescimento exponencial anual do indicador z ; e ε_t é o termo de erro aleatório.

Os valores monetários foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é considerado um dos principais indicadores brasileiro da variação mensal dos preços.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1.1. Avaliação da situação operacional dos municípios mineiros

A política de interiorização das IFES visou elevar a renda e reduzir as desigualdades entre os estados e municípios com o desenvolvimento socioeconômico potencialmente gerado pela universidade. Apesar dos esforços do governo em expandir o acesso à educação superior para todas as regiões, a criação das IFES concentrou-se no Sul (cinco) e Sudeste (seis).

Inclusive, algumas IFES surgiram da transformação de instituições existentes como o caso de cinco em Minas Gerais. O Nordeste recebeu quatro novas instituições nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Na região Norte inaugurou-se três novas IFES e no Centro-Oeste, uma (NIQUITO *et al.*, 2018).

Em Minas Gerais, constatou-se a criação de campus universitário em 15 municípios no período de 2003 a 2014. Com base na população, pode-se dividi-los em três grupos classificados como: pequeno, composto pelos municípios com menos de 50.000 habitantes (M1, M5 e M12); médio, com 50.001 a 100.000 (M3, M4, M14 e M15) e grande, acima de 100.001 (M2, M6, M7, M8, M9, M10, M11 e M13), como exposto na Figura 1.

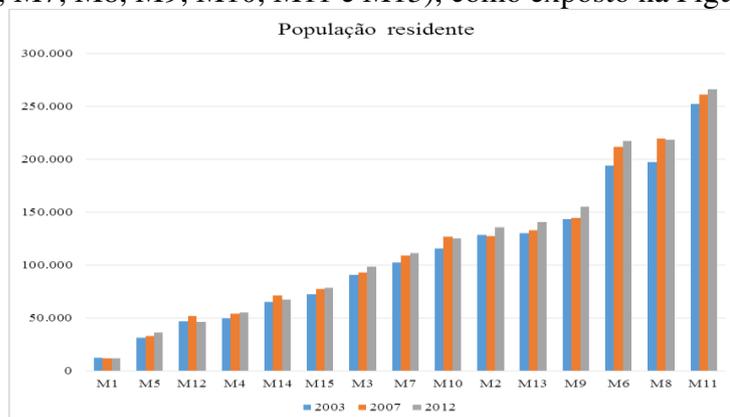


Figura 1: Evolução da população municipal no período de 2003 a 2012

Fonte: Estimativas da população (IBGE, 2012).

A distribuição populacional pela área territorial dos municípios em comparação à brasileira (22,4 hab./km²) permite constatar uma alta densidade populacional em Sete Lagoas (393,93 hab./km²) e a baixa, em Rio Paranaíba (8,77 hab./km²), integrantes do grupo grande e pequeno, cujas médias foram em torno de 195,96 hab./km² e 30,56 hab./km², respectivamente.

A maior extensão territorial da amostra compete a Unaí, com 8.495,79 km², e o menor, Ouro Branco, com 261,98 km². Quando observa os valores médios, o grupo de porte médio concentra a maior área territorial (3.621,34 km²). Pelo ano de instalação, Mariana (1711) é o mais antigo e Ouro Branco (1953), o mais recente. Também apurou-se dentre a amostra o maior contingente populacional em Governador Valadares (263.689 habitantes) e o menor, em

Rio Paranaíba (11.885), até 2012.

Entre 2003 e 2012, a política de expansão da educação superior em Minas Gerais resultou na instalação de *campi* em municípios do interior, cuja distância da instituição sede chega a 595,6 km (Campus Unai da UFVJM) e 554,9 km (Campus de Itabira da UNIFEI). No entanto, outras IFES conseguiram expandir para regiões mais próximas como a UFOP, que criou a Unidade II – Instituto de Ciências Sociais Aplicada em Mariana (14,4 km), e a UNIFAL, com o campus em Varginha (68,9 km).

A distância dos demais *campi* em relação à sede de suas IFES supera 100 km. O porte dos municípios interferiu na localização do campus, pois no grupo dos grandes a distância foi relativamente maior, apesar da área territorial ser inferior (1.533,03 km²) aos de médio porte (3.621,34 km²).

O governo não explicitou os parâmetros de escolha dos municípios para a instalação do campus. Com isso, os efeitos sobre o desenvolvimento dos pequenos municípios podem ser mais intensos por refletir nos negócios locais, receitas governamentais, renda e gastos. No longo prazo, espera-se atingir o nível de capital humano, conhecimento, atratividade para novos negócios e empreendimentos, corroborando com Niquito *et al.* (2018).

Em 2000, os municípios de médio porte concentravam a maior expectativa de vida (72,19 anos) e taxa de fecundidade de 2,45 filhos por casal, em média. A maior taxa de envelhecimento ocorreu em M3 e a menor, em M5, entre 2000 e 2010. Nesse período houve uma redução da taxa de fecundidade, que pode estar relacionada à maior inserção da mulher no mercado de trabalho ou a decisão de não ter ou ter menos filhos. Em 2010, M10 respondeu pela menor taxa de 1,5 filhos por casal, sendo que M4 e M2 concentraram a maior de 2,76 no ano de 2000, em valores absolutos.

Entre 2000 e 2010, a população rural reduziu em todos os estratos municipais devido ao processo migratório para a zona urbana na busca por melhores condições de emprego, renda e vida. Por conseguinte, ampliou-se a população urbana e em idade economicamente ativa (PEA). Todavia, o capital humano gerado nas universidades sofre com os efeitos da migração pelo fato da mão de obra formada em uma localidade, muitas vezes, não permanecer na região. Em média, os grandes municípios possuem as maiores populações urbana e rural, mas nos pequenos a rural sobrepôs a urbana.

O número de funcionários vinculados às atividades universitárias aumentou a nível nacional. Portanto, o corpo docente passou de 48.868 para 74.059, entre 2002 e 2010, com uma taxa média de crescimento de 5% a.a. Ao considerar apenas as novas universidades, a taxa chegou a 20% a.a., ou seja, passou de 2.198 para 9.595 docentes. A expansão do corpo técnico-administrativo cresceu a uma taxa média anual de 5% a.a. e no grupo das novas instituições alcançou 10% a.a. no mesmo período (NIQUITO *et al.*, 2018).

O Índice de Gini avalia o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos e varia de 0 (zero) na situação de igualdade perfeita a 1 (um) na extrema desigualdade. No estrato médio, observa-se os maiores Índice de Gini de 0,61 e 0,52, e os menores, no pequeno na faixa de 0,51 e 0,50 entre 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 1. Resumo dos indicadores sociais antes e após a instalação dos campus por estrato

Indicadores	2000			2010		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
Expectativa de vida	71,49	72,19	72,03	76,90	75,34	75,95
População urbana	23577	57993	141712	26332	65917	159709
População rural	5027	8878	9829	4643	8023	8993
Taxa de fecundidade	2,35	2,45	2,10	2,01	2,01	1,77
Índice de Gini	0,51	0,61	0,57	0,50	0,52	0,51
PEA ocupados	69,33%	68,78%	59,92%	15565 hab.	36305 hab.	85218 hab.

PEA desocupados	5,07%	7,70%	6,26%	1265 hab.	3817 hab.	8902 hab.
PEInativos	25,67%	23,53%	19,70%	5691 hab.	12520 hab.	29438 hab.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A concentração de empregados com carteira assinada, representada pela população economicamente ativa (PEA) ocupada, ocorreu nos grandes municípios em termos absolutos (85.218 pessoas). Todavia, quando se considera a proporção da população tem-se o grupo dos pequenos (69,33%) com a maior PEA ocupados, entre 2000 e 2010. No mesmo ano, os empregados em situação de informalidade e sem carteira assinada representaram, em média, 7,7% da PEA do estrato de médio porte. Assim como a população economicamente inativa atingiu, em média, 25,67% da população dos pequenos municípios (Tabela 1).

Com base na análise dos ocupados por setor, verifica-se a concentração de empregados formalizados na agropecuária em M1, no extrativismo mineral e construção em M4, na indústria de transformação em M6, no comércio em M2, nos serviços em M11 e nos serviços industriais de utilidade pública (SIUP) em M3.

A população residente, em média, é predominantemente feminina e urbana nos grandes municípios, alcançando 51,59% e 95,8%, em 2010, respectivamente. A oferta de condições de saneamento básico apresentou uma evolução positiva no período de 2000 a 2010, ou seja, os residentes em domicílio com o acesso a água encanada e energia elétrica alcançaram cerca de 97,8% e 99,76% da população dos grandes municípios. A disponibilidade do serviço de coleta de lixo e existência de banheiro e água encanada nos domicílios chegou a 98,94% e 8,22% da população nos pequenos municípios. Em geral, observou-se a elevação da população residente urbana em domicílios com água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e banheiro, que sinalizam a expansão do saneamento básico nas unidades de análise.

4.1.2. Os indicadores socioeconômicos dos municípios antes e após a implantação do campus

O crescimento natural da população refletiu na renda *per capita*, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas três dimensões (renda, longevidade e educação) entre 2000 e 2010. A taxa de fecundidade e o índice de Gini reduziram no mesmo período em todos os estratos. A instalação do campus universitário, as mudanças conjunturais, econômicas e políticas contribuíram para a variação de tais indicadores.

Nesse sentido, sob a hipótese nula (H_0) da média da população ser estatisticamente igual em ambos os períodos e sob a hipótese alternativa da média pós Reuni ser maior (H_a : média (antes Reuni) < média (pós Reuni)), tem-se o p-valor do teste. Assim, ao nível de 5% de significância, rejeita-se H_0 , e identificou-se que, em média, após 2008 a população foi maior em decorrência do crescimento natural e aumento da expectativa de vida.

A oportunidade de ter uma vida longa e saudável, com o acesso ao conhecimento e um padrão de vida, que garanta as necessidades básicas como a saúde, educação e renda são mensuradas pelo IDHM. O menor IDHM (0,429) ocorreu em M14, que ocupou a 2.028ª posição no ranking nacional do IDHM. Enquanto isso, M9 foi o melhor classificado da amostra com a 141ª posição, no ano de 2010. Na Tabela 2, encontram-se os valores médios do IDHM e suas dimensões por estrato municipal em 2000 e 2010.

Tabela 2. IDHM médio e suas dimensões por estrato municipal

Indicadores	2000			2010		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
IDHM	0.618	0.626	0.664	0.734	0.728	0.754
IDHM Renda	0.665	0.658	0.696	0.731	0.707	0.739
IDHM Longevidade	0.775	0.787	0.796	0.865	0.839	0.852

IDHM Educação	0.465	0.475	0.529	0.625	0.652	0.680
---------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em 2000, todos os municípios superaram o IDHM do Brasil de 0,612 e apenas os pequenos ficaram abaixo do IDHM de Minas Gerais (0,624). Quanto ao ano de 2010, os municípios apresentaram o mesmo comportamento ao nível nacional, cujo IDHM foi de 0,727, e os integrantes do estrato médio permaneceram abaixo do estadual de 0,731.

Em média, antes da instalação do campus, o menor IDHM ocorreu no estrato pequeno (0,618). Após a instalação dos *campi* universitários, o menor IDHM concentrou-se nos municípios médios (0,728). O padrão de vida é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente do município mensurado pelo IDHM Renda.

Antes do campus universitário, o menor IDHM Renda (0,53) foi em M14, onde apresentou a menor renda *per capita*. No entanto, os maiores IDHM Renda concentraram nos grandes municípios. A maior renda *per capita*, em valores constantes de maio de 2019, foi em M10 e a menor, em M14 devido a variabilidade populacional e a oferta de emprego local.

A alta densidade demográfica de M9, cuja população superou 100 mil habitantes, contribuiu para que 71,2% (82.058) destes integrassem a PEA ocupada e 23,1%, a inativa (26.612). Por conseguinte, neste município ocorreu os maiores IDHM Renda (0,768) e renda *per capita*, em 2010. No Brasil, cerca de 90% das famílias possuíam renda inferior a três salários mínimos e viviam abaixo do Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010).

O IDHM Longevidade mostra o número médio de anos de vida a partir do nascimento se mantido os padrões de mortalidade do ano de referência. Nesse caso, o menor índice foi em M2 (0,673) devido à baixa expectativa de vida (65,38 anos). Quando comparado por estratos, tem-se os maiores IDHM Longevidade nos grandes e pequenos municípios antes e após a instalação do campus, respectivamente.

O acesso ao conhecimento, mensurado pelo IDHM Educação, considera a média de anos de estudo (adultos) e os anos esperados de escolaridade (crianças). Nos municípios grandes, a presença dos maiores IDHM Educação deveu-se a representatividade da sua oferta em nível público e privado. O menor índice foi em M1 (0,185), antes da instalação do campus da UFV, e o maior, em M10 (0,707), favorecido pela expansão da UNIFAL. Destarte, o porte, localização e estrutura do município impactaram nas três dimensões do IDHM.

Os resultados corroboram com Niquito *et al.* (2018), que constataram a melhoria na renda domiciliar *per capita* das famílias; redução da taxa de fecundidade; efeitos sobre a renda domiciliar *per capita* média, o nível de escolaridade das pessoas adultas, taxa de fecundidade total e desigualdade de renda após a instalação do campus universitário em municípios afetados pela expansão das IFES.

Para a instalação de um campus ou sede universitária, pressupõem-se a existência de condições básicas de infraestrutura nos municípios como os fatores locacionais para a permanência e a fixação de mão de obra. Além disso, a implantação de uma universidade pública interfere na dinâmica econômica, social e espacial do município. A intensidade do efeito relaciona-se ao porte ou tamanho da instituição de ensino, cursos ofertados, características econômicas e culturais da região de origem.

Tabela 3. Frota de veículos *per capita* por estrato populacional

Indicadores	Pequeno			Médio			Grande		
	2007	2012	2018	2007	2012	2018	2007	2012	2018
População	32.190	31.333	33.031	73.861	75.007	79.821	168.957	171.295	182.849
Frota de veículos	10.464	16.214	21.191	21.196	33.461	45.641	53.290	80.432	103.796
Veículos <i>per capita</i>	0,31	0,49	0,63	0,28	0,43	0,56	0,32	0,47	0,57

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A frota de veículos aumentou em todos os estratos, no período de 2006 a 2018, a uma taxa média de crescimento de 10,16% a.a. Entre 2009 e 2018, o crescimento foi de apenas 5,97% a.a. em razão do cenário de recessão e crise econômica nacional instaurada a partir de 2014, que culminou na redução dos gastos e consumo das famílias. Contudo, no período de 2006 a 2018, a taxa de crescimento média anual foi positiva para a amostra (6,94%) e acompanhou a tendência nacional de 6,77% a.a.

Já o número de registros de veículos *per capita* foi inversamente proporcional ao estrato populacional, ou seja, quanto menos habitantes, mais veículos por pessoa, principalmente nos pequenos municípios como demonstrado no Quadro 3.

A realização do teste de diferença entre médias constatou que, estatisticamente, ao nível de significância de 5%, a frota de veículos por município foi maior após a instalação do campus universitário. Além do setor automotivo ter sido beneficiado pela desoneração do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

Em 2008, o governo regulamentou tal política por meio da Medida Provisória nº 451 e Decreto nº 6.687/08, cujo período de vigência prorrogou-se mediante a instituição do Decreto nº 6.809/09 a fim de mitigar os efeitos negativos da crise internacional persistentes na economia doméstica.

A frota de veículos licenciada em determinado município influencia na arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e nas despesas relacionadas à infraestrutura. A Constituição Federal de 1988 (art. 158, inciso III) determina o repasse aos municípios de 50% da receita IPVA arrecadada pelos Estados.

Em Minas Gerais, 50 % do valor arrecadado com o IPVA são creditados pelos bancos arrecadadores em conta do Estado e 50% em conta do município de licenciamento do veículo. A variação do repasse *per capita* foi positiva entre 2010 e 2016, apesar da queda no ano de 2012 em 11 municípios da amostra.

Na Tabela 4 observa-se que, de 2010 a 2012 e 2016, os municípios grandes receberam o maior valor de repasse a título de IPVA *per capita* deflacionado. No período de 2013 a 2015 foram os municípios do estrato pequeno que superaram os demais no valor recebido.

Tabela 4. Valor médio repassado de IPVA *per capita* deflacionado por estrato

IPVA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pequeno	5,03	5,64	4,94	7,91	9,60	9,68	8,92
Médio	4,44	5,69	5,40	5,82	7,59	6,76	7,42
Grande	5,45	6,67	6,69	7,52	9,07	9,54	10,28

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O repasse do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é proporcional ao índice de participação de cada município apurado por critérios definidos nos art. 3º e 5º da Lei Complementar nº 63/1990 e Lei Estadual nº 13.803/2000.

A crise econômica culminou na redução dos repasses de ICMS e Outras Receitas como se observa na Figura 2. Além disso, os municípios pequenos receberam o maior valor médio de repasse *per capita* em torno de R\$ 2.213,14, cabendo aos médios o montante de R\$ 973,55 e aos grandes, R\$ 1.383,76 por pessoa, em média, no período de 2010 a 2016.

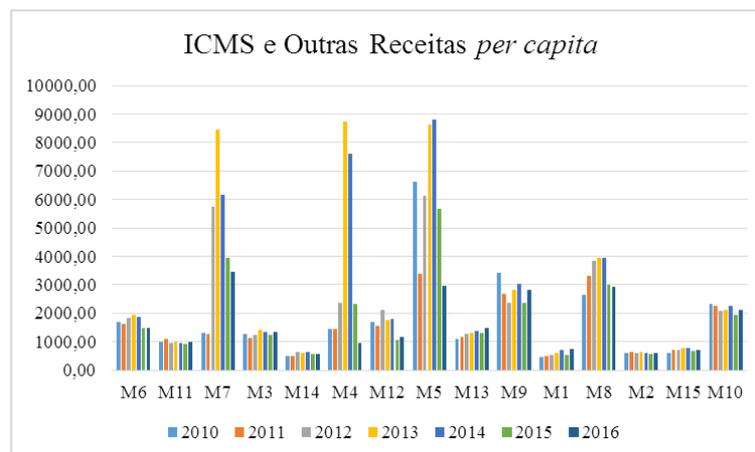


Figura 2. ICMS e Outras Receitas *per capita*

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O ICMS transferido pelo Estado aos pequenos municípios teve uma taxa de crescimento de 2,0% a.a, entre 2013 e 2016, e chegou a 5,4% nos médios e 4,4% nos grandes. O repasse de ICMS em comparação às outras transferências estaduais apresentou um decréscimo de 2,6% e 3,0% a.a nos pequenos e grandes municípios, respectivamente. Enquanto nos médios houve uma tendência de crescimento positivo de 2,6% a.a.

A arrecadação do IPVA e ICMS é de competência dos Estados, que repassam a cota parte aos municípios por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Este apresentou uma taxa de crescimento média anual de 9,41% nos pequenos municípios, 9,87% nos médios e 10,08% a.a. nos grandes, entre 2003 e 2018.

Os tributos de competência municipal são o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Contribuições de Melhoria, Taxas de Alvará e Licenciamento e Taxa de Coleta de Lixo.

Entre 2013 e 2017, a taxa de crescimento média anual do ITBI foi negativa nos municípios de médio porte (- 12,77% a.a), assim como a sua relação com a arrecadação tributária total (- 24,98%) e o total da receita corrente (- 22,53%). Nos pequenos municípios, o crescimento foi positivo em todo o período e categorias de análise. Já no estrato dos grandes, foi negativa em relação à arrecadação tributária e ao total da receita corrente.

O comportamento do IPTU foi inverso ao ITBI, uma vez que seu crescimento foi positivo independente do estrato, mas seu maior valor (20,1%) pertence aos médios. O IPTU em relação à arrecadação tributária é negativo para os pequenos municípios (- 6,0%) e positiva nos demais, chegando a 9,6% nos grandes e 8,8% nos médios. Tal comportamento se repete com o total da receita corrente, sendo de -3,4% a.a. nos pequenos municípios, 5,7% nos médios e 8,8% nos grandes.

A realização dos testes de diferença entre médias do comportamento do IPTU, ISSQN e Taxas antes e depois da instalação do campus universitário, ao nível de 5% de significância, permitiu constatar que, em média, a sua arrecadação foi maior após 2008.

Por outro lado, a média do ITBI permaneceu, estatisticamente, igual em ambos períodos, assim como a arrecadação do IPTU em relação ao ITBI e às Taxas. A comparação das médias do IPTU e ITBI em relação ao ISSQN e Taxas permitiu inferir que, estatisticamente, aqueles foram maiores após a instalação do campus universitário.

4.1.3. Avaliação das implicações decorrentes da implementação do campus

A implantação de um campus universitário implica em alterações nas receitas e

despesas municipais. Nesse sentido, antes da instalação do campus, a maior receita orçamentária *per capita* média concentrava-se nos grandes municípios (R\$ 2.063,38), seguidos dos pequenos (R\$ 1.932,06) e médios (R\$ 1.804,19). A partir de 2008, a situação se inverteu de modo que os pequenos alcançaram a maior receita orçamentária *per capita* (R\$ 2.903,21), posteriormente, os médios (R\$ 2.783,15) e grandes (R\$ 2.713,18).

Entre 2003 e 2007, a estrutura dos municípios grandes despendeu a maior despesa orçamentária *per capita* deflacionada de R\$ 1.941,96, em média. Contudo, a partir de 2008, os pequenos se destacaram pelas maiores despesas orçamentárias de R\$ 2.806,55 por pessoa.

Sob a classificação das categorias econômicas, a receita corrente *per capita* foi maior nos pequenos municípios antes e depois da instalação do campus no valor de R\$ 2.078,80 e R\$ 2.924,14, respectivamente. A evolução das despesas correntes *per capita* para custear os serviços públicos prestados à sociedade apresentou um comportamento similar de modo que nos pequenos municípios chegou a R\$ 1.651,89 e R\$ 2.355,14 por pessoa, seguida pelos grandes com R\$ 1.627,17 e R\$ 2.280,37 antes e após o campus.

As receitas tributárias derivadas da arrecadação municipal de tributos, dos quais são espécies os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, aumentaram em todos os estratos. Nesse sentido, a taxa de crescimento foi de 44,57% a.a. nos grandes municípios, 48,21% nos médios e 39,71% nos pequenos, entre 2003 e 2012.

As despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um aumento de 43,92% a.a. nos grandes, 54,62% a.a. nos médios e 42,42% a.a. nos pequenos municípios, sendo que nestes concentraram o maior valor *per capita* deflacionado do período. Além disso, verificou-se que as despesas de pessoal cresceram proporcionalmente às despesas tributárias.

Os dispêndios dos entes públicos para realizar investimentos, sob a forma de despesas de capital, apresentaram um considerável aumento nos municípios de pequeno (90,17%) e médio (36,14%) porte. Mas as despesas de capital *per capita* nos grandes municípios reduziram de R\$ 313,92 para R\$ 289,70, com uma taxa negativa de 7,72% a.a., após 2008.

Enquanto isso, as receitas de capital *per capita* reduziram de R\$ 122,29 para R\$ 69,82 nos médios municípios equivalente a -42,91% a.a. Nos municípios grandes e pequenos, o crescimento superou a taxa de 16,94% e 286,64% ao atingir R\$ 111,49 e R\$ 230,36, a partir de 2008, respectivamente.

Os testes de diferença entre médias apontaram para a rejeição da hipótese de igualdade entre as médias antes e pós Reuni para as Receitas Orçamentárias, Correntes e Tributárias Capital, ao nível de 5% de significância. A comparação das receitas de entre si (Orçamentária com a Corrente, Tributária e Capital, Corrente com a Tributária e Capital, Tributária com de Capital) e Capital constatou que, estatisticamente, as médias foram iguais e acompanharam o crescimento da população. A evolução média das receitas e despesas encontra-se na Figura 3.

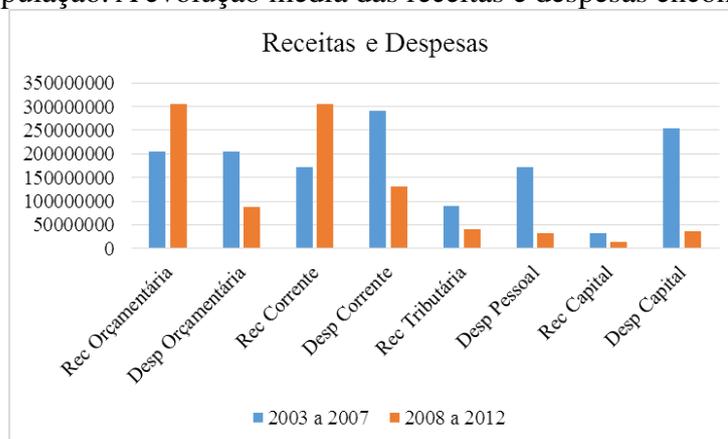


Figura 3. Evolução média das receitas e despesas municipais
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Outro indicador socioeconômico analisado foi o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, no período de 2003 a 2016, cuja maior taxa média de crescimento de 110,49% ocorreu nos municípios de porte médio, contra 43,45% dos grandes e 2,94% dos pequenos.

O comportamento da taxa de crescimento dos valores adicionados brutos da Indústria (227,53%), Serviços (84,21%), Administração (47,02%), Total (44,45%) e Impostos Líquidos (36,88%) permitiram constatar o maior crescimento positivo nos municípios de médio porte. O valor adicionado bruto da Agropecuária elevou-se a uma taxa de 53,81% a.a. nos pequenos municípios, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5. Valores adicionados e PIB médio do por estrato

Indicadores	2003 a 2009			2010 a 2016		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
PIB	1.694.855,75	1.465.344,00	3.867.731,84	1.744.737,99	3.084.341,02	5.548.421,14
VA Agropecuária	107.686,84	157.877,07	55.292,61	165.628,80	223.700,04	75.173,44
VA Indústria	757.361,30	389.098,58	1.190.903,73	658.820,40	1.274.395,57	1.524.023,91
VA Serviços	364.629,77	581.922,88	1.641.231,10	520.683,51	1.071.968,25	2.559.462,62
VA Administração	92.089,39	203.984,38	472.554,40	131.536,18	311.319,60	694.770,11
VA Total	1.321.767,30	1.332.882,91	3.359.981,84	1.476.668,90	2.881.383,46	4.853.430,09
Impostos Líquidos	373.088,45	132.461,09	507.750,00	268.069,09	202.957,56	694.991,05

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O novo contingente de alunos e funcionários das IFES, denominado de população flutuante, não integra o cálculo de repasse do FPM, mas usufrui da estrutura e serviços básicos oferecidos pelo município. Aliás, os gastos relacionados ao consumo, normalmente, se realizam no município do campus ou sede da IFES, enquanto a renda auferida é direcionada ao domicílio de origem em regiões circunvizinhas.

Nesse contexto, ressalta-se que a definição da localização de uma universidade deve levar em consideração alguns fatores técnicos e econômicos. Kon (1994) sugere averiguar o custo e eficiência dos transportes locais; a distância e dimensão das áreas comerciais; a disponibilidade e custos da mão de obra; as condições do relevo, terreno e qualidade do solo para a construção de malha viária; as vias de acesso e comunicação; os serviços públicos ofertados como a infraestrutura urbana de esgoto sanitário, saneamento básico, energia elétrica, linhas telefônicas, coleta de lixo, transportes coletivos, ensino e saúde para as famílias que fornecerão a mão de obra para o mercado local.

Já as externalidades causadas pelos efeitos da instalação do campus podem ser minimizadas por meio do direito de propriedade para equilibrar os custos de transação; da internalização da externalidade com cada um assumindo a responsabilidade sobre os seus atos; e da intervenção governamental no mercado a fim de penalizar e desmotivar as ações indesejadas e excessivas de agentes com a aplicação de multas, concessão de subsídios, venda de direitos de poluição e regulamentação.

A instalação do campus universitário reflete na estrutura organizacional e imobiliária do município podendo dinamizar a economia local, proporcionar o crescimento, ofertar maior oportunidade de qualificação profissional e gerar empregos para os moradores locais. Assim, as diversas regiões são beneficiadas com o conhecimento produzido, transferência de tecnologia e inovação, e redução da migração para outras localidades distantes da família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou avaliar a situação operacional, financeira e econômica dos municípios mineiros e as implicações da implantação de um campus universitário sobre os

indicadores socioeconômicos. Para isso, verificou-se a situação operacional dos municípios antes da implantação do campus de modo a traçar seus perfis e dividi-los em estratos com base no número de habitantes.

Em seguida, identificaram-se os indicadores socioeconômicos dos municípios antes e após a implantação do campus. Com isso, pode-se constatar que os menores IDHM, índice de Gini e arrecadação de ITBI ocorreram nos municípios de pequeno porte. Nestes, também se observou os maiores gastos para cobrir as despesas orçamentárias, correntes e de capital após a instalação do campus universitário. No entanto, as receitas orçamentárias, correntes e de capital cresceram proporcionalmente às despesas correlatas a partir de 2008.

Dentre as implicações ocorridas com a implementação do campus destaca-se que a política de expansão da educação superior para o interior e municípios pequenos pode não se sustentar pela falta de fatores locais para promover o garantir o desenvolvimento local, em longo prazo. Como externalidade negativa identificou-se a necessidade de adequação da estrutura dos municípios em relação à saúde, educação, segurança e saneamento básico para atender a toda população residente e flutuante.

A presença de um campus ou sede universitária influencia no desenvolvimento local e regional ao proporcionar oportunidades de empregos e investimentos em infraestrutura. Além disso, a demanda por bens e serviços públicos tende a aumentar com a chegada de novos alunos, ou população flutuante, no município. Por outro lado, a instalação dessa estrutura operacional é uma forma de elevar a renda e desenvolver a economia local.

Portanto, observou-se que a variação da população residente interfere na arrecadação e repasses governamentais, bem como amplia as despesas ou gastos do município com a oferta de bens e serviços em atendimento às determinações constitucionais. Por fim, destaca-se que o porte dos municípios contemplados com a expansão das IFES influenciam diretamente na composição dos gastos, receitas e repasses governamentais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLA, Wagner B.; SULIANO, Daniele C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 243, p. 282-298, 2015.

ARAÚJO, Cristiane B.; SANTOS, Larissa M. M.. O Reuni na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol.26, n.3, pp.642-651. 2014.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 - 2014**. (Balanço Social 2003 - 2014). Brasília, 2015.

BRUNI, A. L. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. 2ª Ed., São Paulo, Editora Atlas, 2010.

DYE, Thomas R.. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidemann, F. G.; Salm, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Editora UnB, 2010.

FERREIRA, André; SANTOS, Edson A.. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: micro evidências da ampliação dos *campi* da UFF em Volta Redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 86-109, jan-abr. 2018.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G. SALM, José F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HOFLING, Eloisa Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov., 2001.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/default.shtm>. Acesso em: 25 mai. 2019.

LUGÃO, Ricardo G.; ABRANTES, Luiz A.; BRUNOZI JR.; Antônio C.. Planejamento, implementação e avaliação do Reuni: Um estudo em universidades mineiras. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 22, n. 1, p. 78-96, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Campus, 1980.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SALES, Edriene C. S. S.; FERREIRA, Vicente da R. S.; ROSIM, Daniela; COSTA, Sergio H. B. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): Uma análise de seu processo de avaliação. In: **XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. São Paulo, Out., 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. A questão da inclusão social na Universidade Brasileira. In: **Simpósio Universidade e Inclusão Social - Experiência e Imaginação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, nov. 2006. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/nclusao_ufmg.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas**. AATR-BA. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2019.